



1
2
3
4
5
6
7
8
9

MINISTÉRIO DA CULTURA

10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, DIAS 19 E 20 DE FEVEREIRO DE 2014 - BRASÍLIA, DF

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, às 10h00, no Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 12º andar, em Brasília, DF, foi realizado o primeiro dia da Vigésima Segunda Reunião Ordinária da Plenária do Conselho Nacional de Política Cultural, sob a presidência do Sr. Marcelo Pedroso (Secretário-Executivo do MinC), com a participação dos conselheiros titulares e suplentes, conforme assinaturas na Lista de Presença. O Sr. Marcelo Pedroso declarou aberta a Reunião, agradecendo a presença de todos e pedindo desculpas pelo pequeno atraso, pois a Ministra tivera um contratempo. Solicitou licença aos conselheiros para fazer *a posteriori* a discussão sobre a Ordem do Dia e iniciar com o primeiro item que seria a apresentação da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre o Sistema Nacional de Participação Social e do Portal <http://www.participa.br/>. Com a anuência de todos, o Sr. Pedro Pontual, representante daquela Secretaria-Geral, discorreu sobre o tema proposto e, ao término de sua apresentação, o Sr. Marcelo Pedroso passou a palavra para o secretário-geral do Conselho, Sr. Bernardo Machado, para a condução dos debates em torno dos assuntos. A Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural/MinC), colocou a importância da contribuição do Conselho para o processo de evolução do marco regulatório, que é o balizador do processo de implementação do Cultura Viva. Na sequência a Sra. Marta Suplicy (Ministra/MinC), fez um relato dos principais projetos em andamento no ministério, como o Vale Cultura, CEUs, incubadora Brasil Criativo, ligada à arte, 3ª Conferência Nacional de Cultura, Curto Circuito da Juventude, proposta do Museu Afro, etc. Seguiu-se debate sobre as

31 dificuldades de implementação de alguns projetos, notadamente, como apontado pelo
32 conselheiro Arthur Leandro de Moraes Maroja (Culturas Afro-Brasileiras) na questão da
33 interlocução com a sociedade na região amazônica, na qual a Representação Regional
34 do MinC é em Belém/PA; bem como em relação às dificuldades de aproveitamento do
35 evento da Copa do Mundo, para circular a diversidade cultural brasileira. (■). O Sr.
36 Francisco Simões de Oliveira (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) fez uma fala
37 conciliadora na busca de uma reflexão do plenário das questões apresentadas pela sra.
38 Ministra e pelo conselheiro Arthur Leandro. A Sra. Marila Annibelli Vellozo (Dança)
39 manifestou-se quanto à necessidade de maior eficácia na interlocução tanto com a
40 sociedade civil e com o Estado. Disse, também, que houve uma reunião entre a ministra
41 e o Colegiado Circo e Dança, em dezembro, e estavam aguardando um retorno para uma
42 audiência de continuidade, que teria sido programada, a princípio, para o dia 29 de abril,
43 Dia Internacional da Dança, visando uma mobilização nacional com grupos de dança.
44 Reivindicou, ainda, a reativação dos comitês técnicos do Fundo Nacional de Cultura,
45 extintos em 2010. O Sr. Marcelo Pedroso esclareceu que o formato dos comitês foi uma
46 decisão do governo anterior, e que, atualmente, o Pró-Cultura está criando os fundos
47 setoriais, a partir dos quais ter-se-á uma lei que permitirá, de fato, constituir os comitês
48 para utilização dos recursos dos fundos setoriais. O Sr. Flávio Viana e Silva (Colegiado
49 de Circo) narrou às dificuldades relativas ao edital cultural da Copa, e questionou a
50 ministra sobre o prazo do escalonamento da PEC 150, em que ano se chegará aos 2%.
51 Levantou ainda duas questões: (i) vários CEUs foram inaugurados pelo Brasil em áreas
52 onde tradicionalmente se instalavam circos e esse projeto não prevê uma área para
53 instalação de circo; (ii) em 2013 não foram publicados os editais do Carequinha para o
54 circo, do Klauss Vianna para a dança, da Myriam Muniz para o teatro e para o Livro e
55 Leitura, o que causa preocupação maior para o ano de 2014. Esclarecidas as questões
56 orçamentárias relativas aos projetos citados, a Sra. Marta Suplicy informou que o
57 ministério fortaleceu o circo em 10 milhões, porque as cidades não querem receber o
58 circo, no que foi interrompida pelo Sr. Flávio Viana e Silva, para dizer que a questão
59 não são as cidades que não querem receber os circos, são os gestores das cidades que
60 não querem. A Sra. Marta Suplicy, então, se comprometeu a tentar fazer com que nos
61 CEUs tenham espaço para circo e que haveria que se negociar com os prefeitos sua
62 instalação, acrescentando que, sobre o escalonamento relativo à PEC 150, estão sendo
63 feitos estudos para encaminhamento à Casa Civil; e sobre o edital da Copa, as críticas
64 procedem e será instalada uma equipe de edital, para melhor tratamento do assunto. O

65 Sr. Bernardo Machado apresentou a nova secretária da Secretaria de Fomento e
66 Incentivo à Cultura (SEFIC), Ana Cristina Wanzeler, e, em seguida, passou-se à
67 discussão da Ordem do Dia com alguns esclarecimentos, questionamentos e
68 orientações, foi aprovada com a inclusão de um informe da Sra, Dulce T. da Rocha
69 Lamego da Silva (ANDIFES). No item referente à discussão e votação de moções e
70 recomendações o Sr. Flávio Viana e Silva (Circo) questionou o acordado de ocorrer no
71 período da tarde do segundo dia. O Secretário geral, Sr. Bernardo Machado ressaltou
72 que o acordado foi inverso, ou seja, no período da manhã do segundo dia de forma a em
73 virtude do horário do embarque do retorno de alguns conselheiros. O Sr. Flávio também
74 propôs de colocar em pauta a questão do Colegiado Setorial de Audiovisual que gerou
75 alguns debates e o Secretário de Audiovisual, Sr. Mario Borgneth presente concorda
76 com o alinhamento da discussão do colegiado nos moldes do IBRAM. Após mais
77 alguns debates dos itens e informes tais como TEIA, critérios de convidados, propostas
78 de novas cadeiras, Recomendação do Colegiado Setorial de Culturas Afro-Brasileiras,
79 Relatório da Comissão Temática de Finanças e Termo de Parceria, Seminário Ibero-
80 Americano de Cultura, a pauta foi aprovada e encerrada a reunião da manhã do dia 19
81 de fevereiro. A reunião da parte da tarde iniciou-se com o informe da Sra. Dulce
82 (ANDIFES), que registrou a publicação da Portaria Interministerial nº 18, de 18 de
83 dezembro de 2013, por meio da qual o MinC/MEC instituiu o programa Mais Cultura
84 nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. Na
85 sequência, o Sr. Bernardo Machado iniciou a discussão da proposta de alteração do art.
86 10 do Regimento Interno que equipara o Comitê Gestor de Museus do IBRAM a um
87 Colegiado setorial e passa a palavra ao relator Sr. Antonio Carlos Pinto Vieira (Museus)
88 que faz sua defesa favorável a proposta do IBRAM. Seguiu-se intenso debate sobre o
89 tema, e o Sr. Francisco Simões de Oliveira Neto (Inclusão Social por Intermédio da
90 Cultura), solicitou pedido vista ao processo, esclarecendo que, por se tratar de um
91 conselho que é do Estado, do Ministério da Cultura, instituído para dialogar e conciliar,
92 seu pedido visava a abrir tempo para as negociações. O Sr. Bernardo Machado
93 prosseguiu com o debate no qual alguns conselheiros Rodrigo Aldeia Duarte
94 (Arquivos), Francisco Simões de Oliveira Neto (Inclusão Social por Intermédio da
95 Cultura), Davy Alexandrisky (Artes Visuais) pediram ao IBRAM a retirada do assunto
96 da pauta, o que não ocorreu. O Sr. Francisco Simões de Oliveira Neto (Inclusão Social
97 por Intermédio da Cultura) esclareceu que retiraria o pedido de vista no caso de retirada
98 da proposta pelo IBRAM. Outros conselheiros apresentaram seus pontos como a Sra,

99 Dulce T. da Rocha Lamego da Silva (ANDIFES); Sra. Edna Maria da Costa e Silva
100 (Patrimônio Imaterial). Em um aparte, o Sr. João Batista da Silva (Secretaria de
101 Audiovisual/MinC) prestou esclarecimentos e informações sobre o funcionamento dos
102 Conselhos do setor, que em virtude da complexidade não foi realizada a indicação para
103 o assento no Plenário do CNPC, mas que a SAV/MinC formalizou a reivindicação para
104 que o Conselho Consultivo da SAV possa ser o fórum para indicar à Ministra o
105 representante do setor. A sra. Marta Colabone (Sistema S/SESC) acompanhou o pedido
106 de vista do Sr. Francisco Simões de Oliveira Neto (Inclusão Social por Intermédio da
107 Cultura) pontuando alguns aspectos por ela destacados como cerne da discussão e, que
108 motivaram seu pedido de vista sendo: (i) falta de entendimento de sociedade civil
109 representante no CNPC, (ii) representatividade regional no CNPC e (iii) votação sob
110 pressão sem esgotar o debate, nem mesmo ouvindo o Presidente do IBRAM, Sr. Angelo
111 Oswaldo. A mesa deu encaminhamento de ouvir novamente o relator e o Presidente do
112 IBRAM, no entanto, foi interrompido por debates sobre o tema dos conselheiros: Davy
113 Alexandrisky (Artes Visuais), Arthur Leandro de Moraes Maroja (Culturas Afro-
114 Brasileiras); Sra. Fernanda de Oliveira Martins (Design), Sra. Marila Annibelli Vellozo
115 (Dança) e Sr. Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivos). O Conselheiro Rodrigo finalizou com
116 a sugestão de incluir, em algum momento, na pauta do CNPC uma discussão sobre
117 sociedade civil, o que foi acatado pela mesa; como também os pedidos de vistas pelos
118 conselheiros: Sr. Francisco Simões de Oliveira Neto (Inclusão Social por Intermédio da
119 Cultura), Sra. Marta Colabone (Sistema S/SESC) e a Sra. Maria do Socorro Sampaio
120 Flores - Mileide (Literatura, Livro e Leitura). Em seguida, aproveitando a presença do
121 presidente do IBRAM, Sr. Angelo Oswaldo, apresentou suas considerações visando
122 maiores esclarecimentos sobre assunto. Após a apresentação do Sr. Angelo Oswaldo, o
123 Sr. Bernardo Machado agradeceu a manifestação de todos e interrompeu a reunião para
124 um lanche. No retorno, foi passada a coordenação da reunião para o Sr. Américo
125 Córdula (Secretaria de Políticas Culturais), para tratar do diagnóstico do processo de
126 elaboração e revisão dos planos setoriais de cultura pelos colegiados setoriais. O Sr.
127 Américo Córdula fez um balanço sobre os planos setoriais, esclarecendo a importância
128 do tema uma vez que, no final do ano haverá uma revisão do Plano Nacional de Cultura,
129 por força da Lei nº 12.343/2010 e falou sobre a Meta nº 47 do PNC, que estabelece que
130 cem por cento dos planos setoriais, com diretrizes e metas, devem atender a questões da
131 infância e da juventude e, nesse sentido, disse que foi criado nos últimos seis meses, um
132 grupo para apresentar propostas para a cultura da infância e fazer um diagnóstico de

133 como esses planos setoriais deveriam tratar a questão da cultura da infância, e que a
134 representante desse grupo, Karen Acioly, que participou da Oficina Brincando na
135 Adversidade, faria uma apresentação sobre o trabalho desenvolvido e a importância da
136 cultura da infância dentro dos planos setoriais. Ao final, passou a palavra para a Sra.
137 Priscila Barros (Coordenação do Plano Nacional de Cultura) que discorreu sobre o
138 papel da Coordenação Geral do Plano Nacional de Cultura, qual seja, monitorar as
139 metas do Plano Nacional de Cultura e também dar apoio aos colegiados setoriais e
140 territoriais na elaboração dos seus planos, frisando que aquela apresentação era
141 motivada principalmente pela Meta nº 46 do Plano Nacional de Cultura que prevê que
142 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural tenham
143 colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados. Relatou a
144 metodologia do acompanhamento, citando, entre outros tópicos, os questionários
145 enviados para os coordenadores dos colegiados, que possibilitaram uma visão geral da
146 situação, e a plataforma de governança colaborativa, instrumento de monitoramento das
147 metas do PNC, e de compartilhamento de algumas ferramentas para assessorar no
148 processo de elaboração e consulta pública, denominado módulo “Delibera”, disponível
149 no endereço: pnc.culturadigital.br. Na sequência tratou dos planos dos colegiados
150 setoriais que são novos, e estão começando a serem elaborados e encerrou sua
151 apresentação, colocando sua área à disposição para apoiar tecnicamente os conselheiros
152 na elaboração dos planos. Em seguida, a Sra. Karen Acioly, convidada do MinC
153 apresentou o projeto “Brincando na Adversidade”, referente ao tema Cultura e Infância,
154 originário de uma proposta da sociedade civil, por meio de um grupo de trabalho
155 multidisciplinar, que se transformou em um plano quadrienal, transversal a todas as
156 secretarias do Ministério da Cultura. Ao final apresentou dezesseis projetos como
157 sugestão para inclusão nos planos setoriais. Iniciados os debates, que foram
158 entremeados pelos temas apresentados, o Sr. Davy Alexandrisky (Arte Visuais),
159 questionou sobre a contratação de consultores para auxiliar na concepção dos planos,
160 tratada em reunião anterior, tendo sido esclarecido pelo Sr. Américo Córdula que o
161 compromisso do secretário executivo é de que se poderá acionar o contrato de
162 consultores do ministério, sob demanda dos colegiados e dos coordenadores das
163 secretarias vinculadas. Atendendo reclamação de alguns conselheiros quanto ao fluxo
164 dos questionários, o Sr. Américo Córdula disse que iria disponibilizar o questionário
165 respondido pelos coordenadores para todos os representantes dos colegiados. Quanto à
166 elaboração dos planos setoriais o Sr. Isaac William Farias Loureiro (Culturas Populares)

167 disse que, em uma reunião anterior do colegiado, havia sido criado um grupo de
168 trabalho para tratar do assunto e para discutir a Lei dos Mestres, e que o GT ainda não
169 havia sido instalado e qual seria a perspectiva de sua convocação. O Sr. Américo
170 Córdula encaminhou a pergunta para a SCDC para responder e tomar as devidas
171 providências. A Sra. Marila Annibelli Vellozo (Dança) solicitou a atualização do site do
172 CNPC, pois o plano está publicizado apenas no site do PNC. Questionou, ainda, se a
173 consulta pública seria somente para os planos que estão sendo criados agora, ou se a
174 plataforma de governança deveria ser utilizada a partir do momento que fosse feita a
175 equalização entre ações e metas e quando seria o aprovação na SPC. A Sra. Priscila
176 Barros respondeu que a orientação é para que qualquer alteração, tanto a elaboração
177 quanto a aprovação do primeiro Plano Setorial, quanto a revisão, seja colocada para
178 consulta pública aberta a toda sociedade, para ampliar o número de pessoas que entra
179 em contato com o material, ficando a critério do colegiado o momento para colocar em
180 consulta pública, antes ou depois da aprovação. O Sr. Américo Córdula esclareceu que é
181 desejável que a aprovação dos planos ocorra até a última reunião do CNPC deste ano,
182 porque depois virá a revisão das metas do PNC, que começa em dezembro, e deve se
183 estender até a realização do PPA 2016 e 2019 que será, provavelmente, entre fevereiro
184 de 2015 e junho de 2015. O Sr. Antonio Carlos Pinto Vieira (Museus) levantou a
185 questão da exclusão da área de Museus na apresentação da Sra. Priscilla Barros por não
186 haver um colegiado, mas que não se poderia omitir a existência de um plano elaborado a
187 partir de diretrizes do próprio Conselho Nacional. A Sra. Priscila Barros explicou que
188 havia uma meta bem específica relativa aos setores que já tinham colegiado, mas que a
189 questão seria discutida com o IBRAM, e que daria uma resposta de como se poderia
190 trabalhar o assunto. Após alguns debates sobre as reuniões setoriais, datas, locais
191 equipes, etc... O Sr. Isaac William Farias Loureiro (Culturas Populares) perguntou como
192 o Ministério da Cultura está pensando em incorporar as diretrizes e as estratégias
193 aprovadas na última Conferência Nacional de Cultura, ao Plano Nacional de Cultura
194 que está em vigor, manifestando sua preocupação com que essas diretrizes não se
195 percam, como aconteceu com algumas daquelas diretrizes que foram aprovadas nas
196 conferências anteriores, notadamente a conferência de 2010, onde várias das diretrizes
197 aprovadas não foram implementadas. O Sr. Bernardo Machado observou que em
198 relação à 2ª Conferência Nacional de Cultura, houve um avanço fundamental, que foi a
199 construção do Sistema Nacional de Cultura que se transformou no Art. 216A da
200 Constituição, tornando-se obrigação de qualquer gestor construí-lo e que, neste

201 momento, o ministério está na fase de avaliação da 3ª Conferência, onde serão
202 consultados todos os delegados, os coordenadores, os mediadores, o sistema MinC, e já
203 tinha uma reunião agendada para a segunda-feira seguinte, para analisar proposta por
204 proposta, e verificar os encaminhamentos necessários dentro do sistema MinC e fora
205 dele, ressaltando que o ministério está muito atento a essa questão, e que pretende-se
206 que isso tenha consequências concretas às deliberações da 3ª Conferência. Agradeceu a
207 presença da Sra. Karen Acioly registrando a entrega oficial de um requerimento à
208 ministra da Cultura sobre o programa que ela está propôs. A Sra. Maria do Socorro
209 Sampaio Flores - Mileide (Literatura, Livro e Leitura) lembrou que também havia
210 pedido vista sobre o assunto dos museus (alteração do regimento interno), ao que o Sr.
211 Bernardo Machado disse que seriam, então, três conselheiros, que vão receber toda a
212 documentação, inclusive do representante do IBRAM, Sr. Antonio Carlos. Acrescentou
213 que deverá haver articulação entre os três conselheiros nesse pedido de vista, porque o
214 ideal é que se tivesse um único parecer, evidentemente com o consenso entre eles. O Sr.
215 Francisco Simões de Oliveira Neto (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) se
216 retirou da análise e ficou estabelecido que as Sras. Maria do Socorro Sampaio Flores -
217 Mileide (Literatura, Livro e Leitura) e Marta Colabone (Sistema S/SESC) trabalharão
218 juntas, ficando encerrada a sessão do dia 19 de fevereiro. O Sr. Bernardo Machado abriu
219 a reunião do dia 20 de fevereiro, informando que o primeiro item da pauta era o debate
220 sobre os critérios de indicação e sugestão de nomes de convidados dos setores que
221 demandam assentos no conselho, para participarem da próxima reunião plenária nos
222 termos do art. 20 da Portaria nº 28 do Regimento Interno, contudo, antes de dar
223 sequência à pauta, e com a permissão do plenário, falou sobre a experiência que o
224 Conselho trouxe do ano passado, para uma reflexão e também como uma espécie de
225 orientação para os trabalhos, concluindo com um apelo ao plenário para que neste ano o
226 Conselho consiga avançar dialeticamente, entendendo dialética como método de pensar,
227 em que na visão muito simplificada pressupõe a existência de teses, de antíteses e de
228 sínteses, de modo a possibilitar o avanço da política cultural brasileira. A Sra. Marila
229 Annibelli Vellozo (Dança) reiterou a questão da não disponibilização das atas das
230 reuniões do biênio de 2013, sem as quais os conselheiros não conseguem se organizar, e
231 até mesmo a pauta é encaminhada com apenas 2 dias de antecedência. A Sra. Nayara
232 Tucano (Cultura dos Povos Indígenas) comentou sobre a forma de diálogo que se
233 estabelece no Conselho, e que ainda são tratadas pautas que não são prioritárias, pelo
234 menos para os povos indígenas, sendo orientada pelo Sr. Bernardo Machado para

235 utilizar-se do requerimento de urgência para inclusão na pauta quando houver algum
236 tema setorial referente à cultura indígena que seja necessária sua discussão no âmbito do
237 CNPC. A Sra. Maria Zaira Turchi (Entidades de Pesquisa) sugeriu que o ministério
238 avaliasse a possibilidade de fazer ações de parceria com o CONFAP, ações estas que
239 visam aumentar os recursos e a capilaridade das ações, salientando que cada estado tem
240 sua fundação, o que propicia a oportunidade de uma dimensão regional que às vezes um
241 edital nacional não tem. Esclareceu, ainda, que a parceria seria em forma de um
242 convênio ou um acordo com o CONFAP e todas as fundações têm que possibilidade de
243 aderir ao convênio ou acordo, colocar recurso de contrapartida, e executar ações
244 conjuntas, após adesão, cada uma assina porque têm as questões legais para colocar o
245 dinheiro, mas a parceria, o acordo, o convênio é feito com o conselho das fundações. O
246 Sr. Bernardo Machado agradeceu a sugestão e propôs a discussão do item da pauta
247 referente ao relatório da comissão permanente de finanças do CNPC, em termo de
248 parceria, que sugeriu convidar setores que estão reivindicando assento neste conselho,
249 alguns, pelo que foi informado, não propriamente assentos, mas que as políticas desses
250 setores sejam compreendidas por todos os outros setores, além de tratar, também, das
251 moções aprovadas pelo Conselho referentes ao colegiado de Culturas Afro-Brasileiras e
252 Patrimônio Imaterial. Seguiu-se debate sobre os povos tradicionais de matriz africana, e
253 a Sra. Edna Maria da Costa e Silva (Patrimônio Imaterial) solicitou a criação de um
254 colegiado setorial para povos tradicionais de pajelança, que envolve os povos indígenas
255 e as comunidades tradicionais, ao que o Sr. Bernardo Machado ponderou que o
256 encaminhamento em debate dizia respeito a decisões anteriores tomadas no plenário e
257 pediu à conselheira que apresentasse uma moção por escrito, durante a reunião, para
258 inclusão e votação pelo plenário, em obediência ao rito regimental. Na sequência foi
259 debatida a questão de inclusão de novas cadeiras no Conselho e a
260 agregação/desagregação de alguns setores, como artes cênicas, tendo o Sr. Isaac
261 William Farias Loureiro (Culturas Populares) se manifestado no sentido de que o tema
262 era fruto de um debate anterior, mas havia muito poucos subsídios para a discussão,
263 pois não havia a ata da reunião anterior, e que a pauta deveria ser acompanhada de
264 subsídios para discussão. O Sr. Davy Alexandrisky (Artes Visuais) pediu que houvesse
265 um intermediador do lado da sociedade civil para a construção da pauta da reunião de
266 maio, de modo a que houvesse, inclusive, tempo para o entendimento das questões a
267 serem debatidas e resolvidas. O Sr. Bernardo Machado reconheceu os problemas
268 levantados em relação à pauta e lembrou que o ponto de pauta em tela era o início de

269 uma discussão, ou seja, não terminaria naquela reunião e seria justamente para pensar
270 uma próxima reunião e uma audiência com todos os setores para aprofundar a conversa.
271 O Sr. Davy Alexandrisky (Artes Visuais) solicitou, como questão de ordem, que a mesa
272 diretora esclarecesse como é construída a pauta, e qual a participação das setoriais na
273 sua construção, tendo o Sr. Bernardo Machado dito que, em geral, a pauta é construída
274 com base nas sugestões do próprio conselho e de acordo com o regimento interno,
275 citando como exemplo as moções e recomendações que são apresentados pelos
276 conselheiros e que qualquer conselheiro pode propor por meio de requerimentos de
277 urgência e antecipadamente, a inclusão de qualquer tema para a pauta e esse
278 requerimento é votado no início da reunião. Em sendo a urgência acatada pelo plenário,
279 o tema é incluído na pauta e, se não houver tempo suficiente para sua apreciação, ele
280 obrigatoriamente tem que entrar em outro momento. Acrescentou, ainda, que naquele
281 momento estavam sendo discutidas duas deliberações aprovadas pelo Plenário, e que
282 haviam também, solicitações do ministério para introduzir assuntos no conselho, como
283 por exemplo, naquela reunião haviam duas solicitações, uma da Secretaria de Políticas
284 Culturais para avaliar os planos setoriais e um informe da TEIA, concluindo que não era
285 uma pauta distante e fora do esquema. Além disso, o assunto que seria debatido à tarde,
286 definição do calendário de reunião dos colegiados que é uma atribuição do conselho,
287 não havia sido encerrado na reunião anterior e, por isso, foi incluído na pauta atual. Em
288 seguida, iniciou a discussão dos critérios e sugestões de nomes. A Sra. Edna Maria da
289 Costa e Silva (Patrimônio Imaterial) disse que gostaria que no consenso de indicação de
290 comunidades tradicionais fosse respeitado o (i) Decreto-Lei da Presidência da República
291 nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que versa sobre comunidades tradicionais e onde
292 estão descritas todas as comunidades tradicionais, inclusive povos ciganos, afro
293 religiosos, quilombolas, pastos, ribeirinhos, extrativistas, até povos pomerantes que são
294 imigrantes que estão no Espírito Santo, e em seguida (ii) indicou Tayná Marajoara para
295 representante da cultura alimentar, e Giowana como representante para vir para as
296 reuniões do conselho pelo LGBT. O Sr. Bernardo Machado leu a proposta de critérios
297 da Sra. Edna A Sra. Edna Maria da Costa e Silva (Patrimônio Imaterial) e as propostas
298 encaminhadas pelo Sr. Arthur Leandro de Moraes Maroja (Culturas Afro-Brasileiras),
299 quais sejam: (i) fazer parte dos colegiados já existentes dentro do Conselho Nacional de
300 Política Cultural; e (ii) caso não haja representantes de algumas dessas culturas nos
301 colegiados, escolher entre pessoas que tenham sido delegados da 3ª Conferência
302 Nacional de Cultura. A Sra. Edna Maria da Costa e Silva (Patrimônio Imaterial) disse

303 que, apesar de já ter passado o assunto da pauta, seu setorial gostaria de ter um tempo
304 para discutir suas demandas e que estavam produzindo uma carta para a ministra,
305 porque eles não tinha espaço para discutir no dentro do conselho. O Sr. Bernardo
306 Machado disse que considerariam como uma recomendação, sem submissão para
307 aprovação, somente a leitura da carta no momento devido. O Sr. Arthur Leandro de
308 Moraes Maroja (Culturas Afro-Brasileiras) reforçou suas propostas e, indicou a
309 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, Juventude Viva. O
310 Sr. Bernardo Machado leu os quatro critérios propostos (i) *membros de colegiados que*
311 *tenham afinidades com os setores propostos;* (ii) *delegados da conferência nacional que*
312 *tenham afinidade com os setores;* (iii) *órgãos públicos que deverão ser consultados,*
313 *incluindo as secretarias e instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;* e (iv)
314 *entidades nacionais representativas desses setores que existirem.* Por sugestão do Sr.
315 Isaac William Farias Loureiro (Culturas Populares) foi incluído o quinto critério: (v)
316 *órgãos públicos incluindo, conselhos e programas públicos.* Em seguida o Sr. Bernardo
317 encerrou a discussão do tema, ficando estabelecido um prazo de 40 dias, a partir daquela
318 data, para indicação de nomes e consultas às entidades em respeito aos critérios
319 levantados. Acatou, ainda, sugestão de correção do termo “decreto lei” para “decreto”
320 na proposta da Sra. Edna Maria da Costa e Silva (Patrimônio Imaterial). Na sequência
321 foram feitas **2 sugestões de temas para a pauta da próxima reunião:** (i) pelo Sr.
322 Isaac William Farias Loureiro (Culturas Populares): iniciar a discussão dentro do
323 conselho sobre o processo de renovação dos colegiados, (ii) pelo Sr. Arthur Leandro de
324 Moraes Maroja (Culturas Afro-Brasileiras): discussão da questão racial brasileira, com
325 2h de exposição da SEPPIR. O Sr. Bernardo Machado registrou à primeira sugestão de
326 inclusão na pauta dos colegiados a discussão sobre o processo de renovação do
327 Conselho Nacional de Política Cultural, e seria introduzido também, na pauta de maio,
328 já com a contribuição de todos os colegiados, salientando que, provavelmente, a partir
329 da próxima reunião fosse necessário criar um grupo de trabalho para aprofundar e
330 fechar as sugestões. Quanto à segunda sugestão, havia um pedido de pauta nesse
331 sentido, da Fundação Cultural Palmares - FCP, e que, apesar de não ser exatamente a
332 pauta, mas apresentações de seus programas poder-se-ia unificar os dois requerimentos.
333 O Sr. Isaac William Farias Loureiro (Culturas Populares) disse que na reunião anterior
334 foi aprovada em plenário a criação da comissão permanente de culturas populares e
335 tradicionais e que estava aguardando a composição dessa comissão pelo conselho,
336 propondo que o assunto fosse ponto de pauta na próxima reunião. Passou-se, a seguir,

337 para a apreciação das representações e moções, sobre as quais deliberou-se: (i)
338 recomendação apresentada pelo colegiado setorial de teatro, que recomenda a revogação
339 dos atos de secretário de estado de turismo, cultura e esporte de Santa Catarina, José
340 Roberto Martins, bem como do governador Raimundo Colombo que propõe a alteração
341 da Lei Estadual 13336/205, APROVADA; (ii) Recomendação do Colégio de Arte
342 Digital que recomenda o fortalecimento da implementação do Projeto de Rede de
343 Laboratórios Rede Labs, previsto na cooperação técnica estabelecida entre MinC,
344 Ministério de Ciência e Tecnologia, e RNP Rede Nacional de Pesquisa, em dezembro
345 de 2010, que visa contemplar a Meta 43 do Plano Nacional de Cultura, APROVADA;
346 (iii) Recomendação do Patrimônio Imaterial, que recomenda o cumprimento imediato
347 das moções aclamadas e das proposições aprovadas na 3ª Conferência Nacional de
348 Cultura, e dos protocolos de convenções e salvaguardas internacionais dos quais o
349 Brasil é signatário, relativo ao cultivo e produção, saberes, fazeres e demais aspectos da
350 cultura alimentar tradicional. E a inclusão nominal dos produtos rurais e tradicionais da
351 cultura alimentar na economia criativa e no Fundo Nacional de Cultura, bem como de
352 mestres da tradição da cultura alimentar do patrimônio imaterial, APROVADA; (iv)
353 Moção de alerta para que o Ministério da Cultura fortaleça o diálogo com o Instituto de
354 Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Agência Nacional de Vigilância
355 Sanitária (ANVISA), para adequação da legislação sanitária considerando os aspectos
356 culturais do alimento, com vista à valorização e descriminalização dos pequenos
357 produtores tradicionais, APROVADA com duas abstenções, da Sra. Marta Colabone
358 (Sistema S/SESC) e do Sr. Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivos); (v) Recomendação do
359 Setorial Literatura, Livro e Leitura para que a Ministra do Estado da Cultura Marta Suplicy
360 articule em regime de urgência a transferência da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e
361 Bibliotecas (DLLLLB) para a estrutura do Ministério da Cultura, APROVADA; (vi) Moção de
362 repúdio aos atos policiais do Estado de Pernambuco que, com indícios de motivação racista,
363 reprimem institucionalmente manifestações artísticas e culturais das populações afro-brasileiras
364 em acelerado estágio de registro e tombamento como Patrimônio Cultural Brasileiro,
365 APROVADA, (vii) Recomendação da criação dos Colegiados Setoriais de Comunidade
366 Tradicionais de Pajelança e Povos Ciganos para participação da 23ª Reunião Ordinária DO
367 Plenário do CNPC de autoria dos conselheiros Flávio Viana e Silva (Circo) e Edna Maria da
368 Costa e Silva (Patrimônio Imaterial); APROVADA; (viii) Recomendação da conselheira
369 Naiara Sampaio (Cultura dos Povos Indígenas), que recomenda a implementação do Sistema
370 Setorial de Cultura para os Povos Indígenas, com o fim de criar um sistema que respeite as
371 especificidades dos povos indígenas, assim como já existe nos setores da educação e saúde,

372 APROVADA;(ix) Recomendação à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural –
373 SCDC/MinC, pedido de esclarecimento sobre o andamento do projeto Prêmio de Culturas
374 Indígenas e outros assuntos, APROVADA; (x) Recomendação das conselheiras Maria do
375 Socorro Sampaio Flores - Mileide (Literatura, Livro e Leitura) e Marila Annibelli
376 Vellozo (Dança), que recomenda que o Ministério da Cultura apoie a elaboração de
377 políticas culturais multidisciplinares para a infância, respeitando as instâncias de debate e
378 participação, APROVADA. Encerradas as deliberações o Sr. Bernardo Machado passou a
379 coordenação para a Sra. Magali Guedes de Magela Moura (Coordenadora-Geral do CNPC),
380 para discussão e aprovação do calendário dos colegiados, que informou que todas as questões
381 foram estudadas (copa, feriados, eleições, etc.), e a última questão apresentada foi em relação
382 aos colegiados Circo, Teatro e Dança, e que, após acordo com a conselheira Marila
383 Annibelli Vellozo (Dança), foi agendada reunião conjunta para 29 e 30 de abril e 14 e 15 de
384 outubro. Quanto ao colegiado de Arquitetura, foi negociada a data de 7 e 8 de maio. Em
385 relação ao colegiado de Literatura, Livro e Leitura foi proposta a data de 16 e 17 de
386 setembro, na semana antecessora da 24ª Reunião. O Sr. Isaac Williams Farias Loureiro
387 (Culturas Populares) perguntou como ficaria a programação do Culturas Populares, pois
388 no dia anterior fora feita solicitação ao plenário para que a reunião do GT do plano
389 setorial fosse realizada um dia antes, no dia 10, cujos membros viriam um dia antes e
390 ficariam para a reunião do Colegiado, dias 11 e 12. A Sra. Magali Guedes de Magela
391 Moura (Coordenadora-Geral do CNPC) informou que, como seriam apenas os membros
392 do GT a negociação é com o CNPC/SAI, para resolver a questão de diárias, seria mais
393 tranquila. Após todas as ponderações, inclusive quanto a alterações de local, em que foi
394 esclarecido que não haveria como fazer, dada a dificuldade de instalação da estrutura
395 necessária para as reuniões, o calendário foi aprovado. O Sr. Flávio Viana e Silva
396 (Circo) levantou a questão da deficiência do quantitativo de suplentes de alguns
397 colegiados, inclusive do Colegiado de Circo, propondo que qualquer suplente possa ser
398 convocado quando da ausência de algum titular até que ocorram novas eleições e
399 renovação dos colegiados, de modo a completar todos os 15, titulares e suplentes. O Sr.
400 Bernardo Machado informou que foi feita uma consulta à Consultoria Jurídica do
401 Ministério da Cultura a respeito do assunto, e pediu para tratar do tema no item -
402 “Breves Comunicações”, passando para o próximo ponto de pauta, que seriam os
403 informes. A Sra. Márcia Helena Rollemberg (Secretária da Cidadania e da Diversidade
404 Cultural – MinC) discorreu sobre o 6º Congresso Ibero-Americano de Cultura, que
405 acontecerá nos dias 10 a 14 de abril em San José, na Costa Rica, salientando que a

406 ministra aprovou a participação de uma delegação composta por vinte e uma pessoas,
407 sendo cinco representantes do MinC e dezesseis pessoas da sociedade, divididas da
408 seguinte forma: Comissão Nacional de Pontos de Cultura indica quatro vagas, quatro
409 pessoas, a Comissão Nacional da Sociedade Civil para um Novo Marco Regulatório,
410 uma vaga, que deve ser uma entidade da sociedade civil que está dentro dessa comissão,
411 e sete redes, a Rede de Saúde e Cultura, a Rede de Pontos de Memória, a Rede de
412 Pontos de Leitura, a Rede Ação Griô, a Rede Cultura Digital, e um representante dos
413 gestores municipais e de gestores estaduais, e os colegiados de Culturas Populares,
414 Culturas Indígenas, Culturas Afro-brasileiras e Patrimônio Imaterial que indicam, cada,
415 um representante. O Sr. Bernardo Machado falou da importância de se estabelecer um
416 prazo para o processo de indicação dos membros dos colegiados que compõem a
417 delegação brasileira, ressaltando que será feita uma consulta aos colegiados, coordenada
418 pela Secretaria Geral do Conselho, de forma virtual, porque os prazos não permitem que
419 se faça presencialmente. Sugeriu que os respectivos colegiados começassem a se
420 articular pois será aberto um processo eleitoral virtual dentro da Secretaria Geral do
421 CNPC para formalizar as indicações. Disse, ainda, que será definido um prazo dentro do
422 critério mais urgente possível, por meio de indicação da Secretaria de Cidadania e
423 Diversidade Cultural, de qual seria o prazo máximo disponível para fazer a escolha.
424 Atendendo à manifestação do Sr. Arthur Leandro de Moraes Maroja (Cultura Afro-
425 brasileira) quanto às dificuldades no colegiado em que a grande maioria é de povos
426 tradicionais de terreiro de matriz africana, a Sra. Márcia Helena Rollemberg (Secretária
427 da Cidadania e da Diversidade Cultural – MinC) disse que tentaria ver com a Fundação
428 Cultural Palmares a possibilidade de realizar uma reunião por videoconferência,
429 passando ao informe sobre a Teia Nacional da Diversidade de 2014, sobre o qual
430 entregou material específico aos conselheiros. Em seguida houve intenso debate sobre a
431 importância de se chegar a uma matemática que viabilize uma participação ampliada no
432 projeto Teia, tendo a Sra. Débora Lobo, SCDC explicado que, para materializar as
433 propostas e não ficar somente no campo do debate, a ideia é desenvolver uma
434 metodologia que permeie todos os dias da Teia, e nos dois primeiros dias do Fórum,
435 onde estarão reunidas as pessoas do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e os
436 participantes da diversidade pelo Fórum da Cidadania e da Diversidade, e necessitará
437 estabelecer os critérios para participação do colegiado e de outras esferas de
438 representação da sociedade civil que hoje dialogam com o governo. A Sra. Edna Maria
439 da Costa e Silva (Patrimônio Cultural) manifestou-se quanto à importância da presença

440 do Patrimônio Imaterial, porque permeia toda a proteção, solicitando uma representação
441 na Teia. A Sra. Márcia Helena Rollemberg (Secretária da Cidadania e da Diversidade
442 Cultural – SCDC/MinC) firmou o compromisso de pensar a matemática, dentro também
443 das limitações orçamentárias, para fazer uma devolutiva, porque tem muito prazo, e que
444 se espera cumprir primeiro a agenda do Congresso, mas na sequência será apresenta
445 uma proposta de critérios de participação, que possa ampliar ao máximo a representação
446 dos conjuntos dos colegiados, e conseqüentemente do Conselho Nacional na Teia. O Sr.
447 Francisco Simões de Oliveira Neto (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) sugeriu
448 convidar parlamentares do Congresso Nacional, para se obter informes sobre o
449 andamento da discussão naquela Casa. Na sequência, foi apresentado o novo site do
450 CNPC e o Sr. Bernardo Machado fez um comunicado a respeito do parecer da
451 CONJUR/MinC quanto à consulta a respeito da substituição de membros titulares e
452 suplentes dos colegiado, em que se concluiu que “*Não é possível que um membro*
453 *suplente de determinado titular venha a substituir outro titular que não possui*
454 *suplente*”, dadas as “*disposições do Art. 12, Inciso VI do Decreto nº 5.520, bem como o*
455 *Art. 5º, Inciso VI do Regimento Interno do CNPC*”. Acrescentou que, com isso, a
456 Consultoria Jurídica entende que não é possível o procedimento, e restaria somente
457 acatar e pensar no processo eleitoral. A Sra. Magali Guedes de Magela Moura
458 (Coordenadora-Geral do CNPC) informou que na reunião anterior foi solicitada uma
459 atualização da Nota Técnica nº 01/2009, da Diretoria de Gestão Estratégica do
460 Ministério, que trata sobre os subsídios técnicos para a regionalização e distribuição
461 setorial dos recursos do Fundo Nacional de Cultura e que a Diretoria pediu um prazo
462 maior para entrega, em virtude de problemas técnicos e de equipe. A Sra. Marila
463 Annibelli Vellozo (Dança) questionou, em relação à questão da suplência, como se
464 poderia encaminhar uma mudança do regimento interno para o futuro e que foi
465 aprovado no Colegiado de Dança que os membros suplentes possam cobrir,
466 independente da representação, quando não conseguir completar a representatividade,
467 salientando que esse é o problema a *posteriori* para qualquer biênio, ao que o Sr.
468 Bernardo Machado respondeu que fará o encaminhamento. A Sra. Fernanda de Oliveira
469 Martins (Design) informou que já saiu o edital para a contratação de consultores para
470 apoiar os colegiados na construção dos seus planos setoriais, e o Sr. Bernardo Machado
471 esclareceu que o edital publicado era específico para o caso da Secretaria de Economia
472 Criativa. A Sra. Fernanda de Oliveira Martins (Design) disse que não entendeu por que
473 não foram comunicados, pois poderiam ter ajudado a divulgar o edital e que, com isso

474 seriam contratados profissionais inaptos para a necessidade, acrescentando que seu
475 colegiado precisará de apoio, e solicitou uma maior troca de informações. Pediu,
476 também, o apoio do secretário para conseguir a presença do Conselho de Arquitetura e
477 Urbanismo - CAU em uma reunião para tratar da Resolução nº 51, emitida pelo
478 respectivo Conselho, que apresenta certa superposição de atividades entre os arquitetos
479 e os designers de forma que as atividades desempenhadas pelos profissionais remetem a
480 ilegalidade. O Sr. Bernardo Machado considerou importante o registro da informação. O
481 Sr. Davy Alexandrisky (Arte Visuais) perguntou se estaria confirmada a reunião
482 solicitada por ele com a comissão técnica do MinC e o GT criado para tratar da questão
483 do plano setorial (quatro pessoas). O Sr. Bernardo Machado disse que a Sra. Magali
484 havia dado a resposta, isto é, como não seria problema para o Cultura Popular, não seria
485 problema também para as Artes Visuais. A Sra. Magali Guedes de Magela Moura
486 (Coordenadora-Geral do CNPC) pediu para fazer o encaminhamento com os detalhes da
487 solicitação. Nada mais havendo a tratar o Sr. Bernardo Machado agradece a presença de
488 todos encerrou a reunião.

489 Brasília, fevereiro 2014

490

491

492

493

Bernardo Machado
Secretário Executivo do CNPC